



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4643, DE 2020 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre meios de pagamento de pedágio, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)



[Página da matéria](#)

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 4.643 de 2020 do
Senado Federal, que "Altera a Lei nº
8.987, de 13 de fevereiro de 1995,
para prever a possibilidade do uso de
meios de pagamento digitais para
pagamento de tarifas de pedágios em
rodovias federais".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de
fevereiro de 1995, para dispor sobre
meios de pagamento de pedágio, e a
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de
1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995,
passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

"Art. 12-A. Os contratos de concessão de
rodovias federais licitados após 1º de janeiro de
2025 deverão prever a possibilidade de quitação da
tarifa de pedágio por outros meios de pagamento além
daquele em espécie, nos termos da regulação.

Parágrafo único. Os contratos de concessão
de rodovias federais em vigor na data de publicação
desta Lei deverão adequar-se ao disposto no *caput*
deste artigo a partir de 1º de janeiro de 2026."

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997
(Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com as
seguintes alterações:

"Art. 115.

.....

§ 10. O proprietário poderá utilizar no veículo dispositivo eletrônico complementar à placa de identificação veicular, na forma regulamentada pelo Contran, para garantir a sua identificação em caso de fiscalização sem abordagem ou de sistema de pedágio de livre passagem.” (NR)

“Art. 209-A.

Parágrafo único. Para a conduta prevista no *caput* deste artigo, no caso de sistema de livre passagem, não será aplicado o disposto no § 8º do art. 257 e no *caput* do art. 259 deste Código.” (NR)

Art. 3º Ficam suspensos os efeitos dos autos de infração lavrados em decorrência do não pagamento da tarifa de pedágio pelo sistema de livre passagem de que trata a Lei nº 14.157, de 1º de junho de 2021, pelo prazo de 12 (doze) meses, para que o usuário possa ser novamente e devidamente comunicado da passagem do seu veículo pela via pedagiada, concedendo-lhe nova oportunidade e meios de pagamento da tarifa.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo estabelecido no *caput* deste artigo:

I - se não for efetuado o pagamento da tarifa, cumpridos os requisitos para comunicação do usuário e disponibilização de meios de pagamento, o auto de infração será reativado, contando-se os prazos de defesa e de recurso a partir da data de reativação;

II - o auto de infração lavrado será arquivado, na forma do inciso I do § 1º do art. 281 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), caso:

a) o pagamento do pedágio tenha sido efetuado; ou

b) os requisitos estabelecidos para comunicação do usuário e disponibilização de meios de pagamento não tenham sido cumpridos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 182/2024/SGM-P

Brasília, 05 de dezembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de proposição para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.643, de 2020, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre meios de pagamento de pedágio, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA
Presidente